

Paulo Sartre, por Ângelo Lopes - MTb 0097820/SP

UBER PÚBLICO

Acabou a mamata do veículo pago pelo contribuinte para o vereador utilizar de forma mista, tanto no serviço público quanto em atividades particulares. Depois de anos vendo Suas Excelências usarem a frota oficial para bater ponto em ceias de Natal e festas de Réveillon "institucionais" rumo ao litoral, vem aí, na próxima semana, um edital para a instalação de rastreadores com GPS e identificadores de motoristas. Acaba o "Big Brother da Gastança". Quanto ao sensor de vergonha na cara, esse chega tarde.

SEM COCHILINHO

O "home office automotivo" e a sagrada sesta pós-almoço, custeada pelo suor do povo, estão com os dias contados. Com o novo regulamento, a mamata de usar o sedã oficial para almoçar em casa, tirar uma soneca e fazer viagens vai acabar. Agora, com GPS e carros plotados, qualquer desvio para a garagem de casa deverá soar como um alarme nos cofres públicos.

VIÚVAS

Desde 1976, a farra dos bônus para apadrinhados da Câmara ganhou uma sobrevida na marra, mas o fantasma da multa assombra o Legislativo. A votação do projeto que corta a licença-prêmio dos comissionados foi suspensa por três sessões para "análise", mas o relógio corre contra as Excelências.

TCE

Desde 1976, a farra dos bônus para apadrinhados da Câmara ganhou uma sobrevida na marra, mas o fantasma da multa assombra o Legislativo. A votação do projeto que corta a licença-prêmio dos comissionados foi suspensa por três sessões para "análise", mas o relógio corre contra as Excelências. O TCE exige o fim do privilégio, e o ralo se fechou: insistir no erro traz risco real de rejeição das contas e punição no bolso dos envolvidos, como já ocorreu no passado.

BUMBO POLÍTICO

A pesquisa Big Data fez gente em Ribeirão Preto tocar o bumbo sem medo de ser feliz. A vereadora Duda Hidalgo, líder na pesquisa, com 5%, e Rafael Silva Júnior, com 4%, comemoraram os índices na pesquisa espontânea para deputado estadual. Os candidatos trataram de celebrar a lembrança do eleitor, mostrando que, na política local, quem está bem na fita toca o bumbo político. Outro a tocar o bumbo foi Nogueira, líder na disputa para deputado federal em Ribeirão Preto.

PATROPI

O vereador Franco Ferro (PP) atua informalmente como interlocutor do governo durante as sessões da Câmara. Ocorre que, em uma das sessões, ao rebater justificativas, soltou esta: "O prefeito Ricardo Silva nem sabe dos vetos que ele mesmo assina". A frase escancarou a falta de preparo e a desconexão de Franco Ferro, além da ausência de um líder do governo com pleno domínio das informações.

COMPANHEIRO

No meio político, agentes e assessores do governo começaram a juntar as peças e perceberam uma proximidade entre o Partido Novo e Hágara do Pão de Queijo. Quando o último alvo foi o prefeito Ricardo Silva, o ex-chefe de gabinete do vereador André Rodini, que se transferiu para o comando da campanha de Hágara, acompanhou o influenciador no protocolo do pedido de cassação e, de quebra, passou pelo gabinete do ex-chefe, André Rodini. Outro sinal apontado foi a doação de R$ 30 mil feita pelo candidato a senador Ricardo Salles, do Novo, à campanha de Hágara.

ONDE VAIS?

Enquanto o STF vive uma de suas maiores crises éticas, com suspeitas de corrupção envolvendo ministros e a cúpula da Polícia Federal sendo alvo de críticas, uma associação de entidades de Ribeirão Preto e o procurador-geral de Justiça do Estado solicitaram a inclusão em pauta do julgamento da Operação Sevandija, antes que o caso prescreva.

COINCIDÊNCIAS

Coincidência ou não, um pedido foi encaminhado a Nunes Marques, relator do processo, e outro a Fux, presidente da turma. A operação completou dez anos sem chegar a um desfecho — assim como o próprio STF, seus ministros e os réus.

ADMINISTRAÇÃO

OPERAÇÃO DO MP

Prisão do chefão da Estre reacende debate sobre lixo

Hamilton Libório Agle, CEO e representante da Estre Ambiental, foi preso em Bauru após operação do Gaeco; contrato de RP não é investigado

ANGELO LOPES
redacao@jornalribeirao.com.br

A prisão de Hamilton Libório Agle, CEO e representante da Estre Ambiental, reacendeu o debate sobre os contratos de coleta, transporte e destinação de resíduos em Ribeirão. O executivo foi detido em São Paulo durante a Operação Cavalo de Troia,do Ministério Público de São Paulo.

A investigação apura suspeitas de fraude, corrupção, associação criminosa e direcionamento de uma Parceria Público-Privada (PPP) para a gestão dos resíduos sólidos em Bauru. O contrato, ainda suspenso, tem prazo estimado de 30 anos e valor global projetado em R$ 5,25 bilhões.

A operação não investiga o contrato de coleta de Ribeirão Preto. A relação com o município ocorre porque a Estre mantém papel central na operação local e porque Agle aparece como representante legal da empresa em documentos relacionados a contratos e serviços de resíduos.

A prisão é cautelar e não representa condenação. As investigações continuam, e os envolvidos são presumidos inocentes até eventual decisão judicial definitiva.

Foto Divulgação



Caminhão da Estre recolhe lixo em Ribeirão

Show bancado pela Estre é alvo de denúncia

Denúncias apresentadas ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo apontam que a Estre Ambiental figurou entre os patrocinadores de shows sertanejos idealizados pela prefeitura de Ribeirão durante as comemorações do aniversário da cidade, em junho de 2026, incluindo o "Agita Ribeirão", que contou com atrações como a cantora Ana Castela.

Os questionamentos concentram-se na falta de transparência sobre os valores pagos, na forma de contratação dos eventos e na relação entre o patrocínio e a fiscalização do contrato de coleta de lixo e associa a promoção dos shows nas redes sociais pessoais do prefeito Ricardo Silva (PSD) a uma possível autopromoção política.

O TCE encaminhou o caso para análise e indicou que aspectos da denúncia também podem ser avaliados pelo Ministério Público. A Estre e a Prefeitura informaram que a participação em eventos culturais ocorre por meio de chamamento público e que não há irregularidade.

BAURU

Em Bauru, a suspeita é de que pessoas com vínculos profissionais ou econômicos com a Estre tenham ocupado posições na administração municipal e participado da elaboração de estudos, critérios técnicos e respostas a recursos apresentados por concorrentes.Os investigadores também apuram a tentativa de obtenção de informações sobre a rotina de um conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, responsável por procedimentos relacionados à concessão.

A licitação foi suspensa pelo TCE-SP antes da abertura dos envelopes. A operação foi realizada em 9 de setembro, quando o certame permanecia paralisado. Ao todo, sete pessoas foram presas.

RIBEIRÃO PRETO

Em Ribeirão, a Estre opera por meio da Estre SPI Ambiental S.A. A empresa atua na coleta e no transporte de resíduos, enquanto a destinação final ocorre no Centro de Gerenciamento de Resíduos de Guatapará, empreendimento controlado pela própria companhia.

O aterro é um componente relevante do modelo de operação adotado para o lixo do município. Empresas interessadas em assumir a coleta precisam organizar o transporte e a destinação dos resíduos, o que torna o acesso a uma unidade licenciada uma variável operacional e financeira importante.

A conexão entre os casos de Bauru e Ribeirão Preto, até o momento, é empresarial e operacional. Não há informação, até o momento, de que a investigação tenha identificado irregularidades no contrato mantido pela Estre com a prefeitura.

HISTÓRICO

A atual configuração do serviço de coleta em Ribeirão foi decidida no Pregão Eletrônico nº 80/2023, que envolveu a contratação de serviços de coleta, transbordo e destinação final do lixo.

O lote principal foi disputado por empresas e consórcios que apresentaram propostas inferiores às da Estre. A Ecco Liberty Soluções Ambientais chegou a ser anunciada como vencedora do Lote 2, com uma proposta de aproximadamente R$ 79,9 milhões, mas a Estre contestou a habilitação da concorrente na Justiça e apresentou questionamentos sobre sua capacidade técnica e operacional. O processo passou por decisões judiciais, recursos administrativos e novas análises de documentação.

Em 2024, o Consórcio SA Ambiental, Fortnort e Urban também foi desclassificado pela Prefeitura. Com a saída de empresas que apareciam à frente na classificação, a Estre avançou na disputa e passou a ocupar a primeira posição do certame.

Enquanto a licitação permanecia submetida a recursos e decisões judiciais, a Prefeitura manteve a coleta para evitar a interrupção do serviço. Nesse período, a Estre continuou responsável pela operação por meio de prorrogações e contratos temporários.